

Sistematização corta destaques para adiantar

Pela nova fórmula, emendas a serem votadas caem de 7 mil para 504, distribuídas pelos partidos



Sob a presidência de Euclides Scalco (PMDB), os líderes de todos os partidos reuniram-se com Cabral

PMDB só quer mais impostos, acusa Delfim

São Paulo — O deputado federal Delfim Netto (PDS-SP) acusou ontem o PMDB de ter pressa para terminar a Constituição até o dia 15 de novembro para garantir o aumento de impostos em 1988. O deputado lembrou que, como os impostos têm que ser reajustados no ano anterior, se o documento não ficar pronto até o dia 5 de dezembro não haverá tempo suficiente para isso.

Sobre as modificações da estrutura tributária propostas na Constituição, o deputado Delfim Netto disse que o País corre um sério risco de atrasar definitivamente seu desenvolvimento econômico. Segundo Delfim, essas modificações transferem rendas para os municípios e estados, sem transferir nenhum serviço, daí o risco para a economia do País.

Defensor até então do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, o deputado Delfim Netto mudou de opinião nos últimos dias passando a integrar o grupo favorável às eleições diretas em 1988. "Deve haver uma eleição geral completa, ampla desde vereador até presidente da República. Essa é a única forma de resolver essa situação".

Delfim Netto lembrou que quando o PMDB estava na oposição sempre criticou de forma dura do governo anterior por instituir um salário mínimo baixo. "Agora, acrescentou, que o partido está no governo, reduziu esse salário pela metade".

Lentidão pode afetar eleição diz prefeito

Recife — O prefeito Jarbas Vasconcelos, que é também presidente da Associação Brasileira dos Prefeitos das Capitais, voltou a lamentar ontem a morosidade dos trabalhos da Constituinte advertindo que, se ela não acelerar a marcha das discussões, pode atrapalhar o calendário das eleições municipais previstas para o ano que vem.

Segundo o prefeito do Recife, a Constituinte está perdendo muito tempo com detalhes jurídicos que poderiam muito bem serem regulamentados pela legislação ordinária.

O prefeito do Recife confessou que está apreensivo com a anunciada reforma ministerial, porque desde que se começou a falar nesse assunto a administração pública federal praticamente parou.

— Estive recentemente em Brasília para reivindicar recursos para o município e pude constatar o clima de perplexidade que existe por lá. Com a boataria de que vários ministérios serão extintos, ninguém mais trabalha.

Reduzir drasticamente o número de destaques ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, mantendo apenas 504 dos mais de sete mil ainda não votados. Este é o principal ingrediente de uma fórmula aprovada ontem pelos líderes de praticamente todos os partidos, a fim de permitir a votação do projeto de Constituição dentro do prazo previsto, ou seja, até quarta-feira da semana que vem. De acordo com a estratégia — que ainda será amplamente debatida, inclusive com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães — cada partido poderá manter um limite de destaques, proporcional à sua representação.

O PMDB, que é majoritário dentro da Assembleia, terá direito ao maior número de destaques: 210. O PFL ficará com 98. O PDS, com 42. O PDT e o PTB ficarão com 28, cada. O PT, com 21 destaques. O PL, PDC, PCB, PC do B e PSB ficarão com 14, cada um, e o PMB, que tem apenas um constituinte, terá direito a sete destaques.

A fórmula aprovada inclui, porém, outros pontos: já a partir da sessão de ontem à tarde apenas dois constituintes passaram a falar sobre cada emenda — um defendendo-a e outro atacando-a. Até sábado quatro podiam fazê-lo. Além disso, a ideia dos líderes é passar a considerar prejudicados os destaques rejeitados, não somente em sua forma, mas também no conteúdo, o que significará a rejeição, por tabela, de uma série de outras emendas. O relator Bernardo Cabral comprometeu-se em retirar partes do substitutivo e as lideranças continuarão a se reunir diariamente para decidir quais destaques serão votados, inclusive definindo a or-

dem de preferência no início de cada capítulo.

A proposta considerada mais polêmica entre todas as discutidas na reunião — a de fazer funcionar paralelamente a Comissão de Sistematização e o plenário da Constituinte — também foi aprovada, mas só entrará em vigor a partir da quinta-feira da próxima semana, se for necessário. Caso a Sistematização conclua seus trabalhos até quarta, naturalmente o plenário começará a trabalhar em seguida. Se o funcionamento paralelo acontecer, a Comissão terá sessões pela manhã e o plenário à tarde.

DISCORDÂNCIAS

Nem todos os constituintes que participaram do encontro, contudo, concordaram com as propostas aprovadas — e encaminhadas no início da tarde ao plenário da Sistematização pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP). O deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ) foi contra a limitação do número de destaques por partido. Já os líderes do PFL e do PL não concordaram, pelo menos por enquanto, com o funcionamento paralelo da Sistematização e do plenário. Os líderes — satisfeitos ou não

— saíram da reunião com um compromisso: negociar com as suas bancadas todas as propostas aprovadas. Elas só entrarão em pleno vigor com o aval da maioria.

Os partidos de esquerda, por exemplo, discutem hoje de manhã se o conjunto de mais de cem emendas que lhes coube será suficiente para representar suas ideias. Se considerarem que sim, os chamados progressistas fortalecerão sua atuação em bloco, mantendo emendas que caracterizem os anseios de todos. O líder do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT/SP), não sabe se as 21 emendas a que o partido terá direito serão suficientes. "Vamos analisar tudo com calma", revelou. O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (PC do B/BA), está confiando no sucesso da fórmula.

A deputada Beth Azize (PSB/AM), vice-líder, entretanto, fez duras críticas aos caminhos escolhidos pelos líderes, entre eles, o senador Jamil Haddad (PSB/RJ), que participou da reunião em nome do seu partido. "Constituição não é horário eleitoral gratuito", disse ela, referindo-se ao loteamento de destaques. Para Azize, os 14 pedidos destinados ao PSB não serão suficientes se-

quer para defender os pontos programáticos do partido. A deputada disse que não confia na possibilidade de uma atuação em bloco, pois nem sempre os progressistas defendem as mesmas teses. "Para atuar, o PSB precisaria ter 30 destaques, no mínimo", calculou.

O deputado Vivaldo Barbosa, por sua vez, garantiu que seu partido não está preocupado com números. "Isso não tem nexo, não tem cabimento", afirmou. Ele entende que cada partido deverá retirar os destaques desnecessários, desde que "não precisemos renunciar aos nossos princípios". Já o líder do PTB, deputado Gastone Righi (PTB/SP), apesar de garantir não ter sido convidado para a reunião — fato contestado pela cúpula do PMDB — disse que seu partido está disposto a enxugar os pedidos.

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, a ideia das lideranças com a aprovação dessas medidas "não é sufocar ninguém". Para o líder peemedebista, é possível respeitar os pontos de vista de todos. O senador sustentou que a fórmula é regimental e disse que ela beneficia os partidos pequenos, que proporcionalmente terão mais destaques.

COMO DEVEM FICAR AS EMENDAS

PARTIDO	CONSTITUINTES	%	% LIMITE DE DESTAQUES
PMDB	305	54,56%	210
PFL	132	23,61%	98
PDS	37	6,62%	42
PDT	26	4,65%	28
PTB	19	3,40%	28
PT	16	2,86%	21
PL	7	1,25%	14
PDC	6	1,07%	14
PC do B	5	0,89%	14
PCB	3	0,54%	14
PSB	2	0,36%	14
PMB	1	0,18%	07

Muitos protestam contra a decisão

A Comissão de Sistematização gastou a primeira meia hora de sua reunião de ontem para discutir a proposta de agilização dos trabalhos de votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral, através da redução do número de destaques. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), ao anunciar o resultado do encontro ocorrido pela manhã com as lideranças, deu a entender ao plenário que a redução já estava decidida, gerando o protesto dos constituintes. Muitos interpretaram esta medida como imposição da Mesa de um mecanismo anti-regimental. O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), chegou a se achar "estapafúrdiamente confuso" diante da comunicação de Fernando Henrique.

Para Sant'Anna, priorizar o critério da quantidade de destaques é uma atitude que destoia da função da Comissão e da Consti-

tuíte. Ele acha que este tipo de decisão contraria o Regimento Interno e, ao mesmo tempo, se declarou mais uma vez favorável à modificação das normas internas da Constituinte. Ele acredita que qualquer adoção de mecanismos de agilização do processo de votação do substitutivo passa por uma "profunda modificação do regulamento". Fernando Henrique concordou com ele.

O principal argumento dos parlamentares que se colocaram contra a forma de redução do número de destaques foi o caráter anti-regimental da medida. Todos se baseavam, no entanto, na maneira com que Fernando Henrique apresentou ao plenário os resultados da reunião. Finalmente ele esclarece: "Não se trata de uma decisão da Mesa; não é uma imposição, mas uma disposição de agilizar nossos trabalhos". Para ele a questão da aceleração do processo de votação deve suplantar

toda e qualquer outra questão, "pois até agora, em três semanas, votamos apenas 10 por cento de 1200 pedidos apreciados".

Fernando Henrique lamentou a inexistência de um trabalho anterior à votação do substitutivo, no sentido de agilizar o processo, mas enfatizou a disposição da Mesa e das lideranças de estabelecerem, agora, um mecanismo neste sentido. Para isto, pediu a cooperação de todos, lembrando que regimentalmente bastavam os dois partidos majoritários na Constituinte para se adotar uma decisão.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), declarou a Fernando Henrique que o seu partido não concorda e nem irá se subordinar aos mecanismos em discussão. Ele afirmou que só o Regimento Interno pode definir a forma de acelerar a votação. "Vamos colaborar no sentido de diminuir o número de

destaques", garantiu ele, "mas não vamos aceitar imposições". Brandão ainda cobrou da relatoria a atitude do relator Bernardo Cabral. "Ele participa destes mecanismos? Quantos artigos ele concorda em retirar?", questionou. O senador ressaltou que Bernardo Cabral está disposto a agilizar o processo "na medida do que for necessário".

Entre os que protestaram, também usou o microfone para levantar questão de ordem o deputado Luiz Alberto Rodrigues (PMDB/MG), qualificando a medida de "arbitrária e intempestiva". O constituinte, que até ontem nunca tinha sido visto no plenário da Sistematização, defendia seu direito de apresentar suas emendas. "Não aceito ser prejudicado e não quero ficar subordinado à decisão da liderança do meu partido. Por que não reuniram a bancada procurando uma solução interna?", questionou.